



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 16

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

PRESENTES (32 Membros):

Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Dr. João Carlos Canotilho Lage
Fernando de Carvalho Andrade
Dr.^a Lúcia Paula da Costa Cabral
João Luiz Alves Fiúza
Dr.^a Ana Sofia Abreu Rodrigues
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Amílcar Castanheira Luís
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Carlos Alberto Moreira
Dra. Vanda Patricia Oliveira Mota
Nuno Manuel Pinto Fonseca
António Santos Pinto
José Manuel Ferreira Oliveira
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda da Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gamboa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)

Vítor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (4):

Dra. Inês Marques de Sousa Ramos

Amílcar Anjos Martins

Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca

Dra. Cláudia Sofia Pereira Antunes

VEREADORES PRESENTES:

Mário de Almeida Loureiro

Dr.^a Ana Paula dos Santos Faria Neves

Dr. Ricardo Manuel de Oliveira da Silva Cruz

Manuel António de Jesus Borges

VEREADORES AUSENTES:

Dr.^a Carla Sofia Silva Martins

Dr. Jorge Manuel Cova Veigas

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Eng.º. Francisco Ivo de Lima Portela.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011 E DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE JANEIRO DE 2012;

No início deste ponto, foi posta à discussão a Acta da Sessão Ordinária, de 30 de Dezembro de 2011, sendo pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página seis, linha vinte seis (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) pavimento da entrada da Freguesia de Sinde está a ser



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

analisado com as Estradas de Portugal. (...)", **passa a constar**, "(...) pavimento da entrada da Freguesia de Sinde está a ser analisado pela Câmara Municipal.(...)".

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página três, linha onze (a contar do início da página), **onde se lê** "(...) o grau de execução da receita é de 35.354€ (...)", **passa a constar**, "(...) o grau de execução da receita é de 35.354% (...).

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que as Actas são um resumo do que é dito na Assembleia Municipal, e que é impossível passar tudo o que é declarado, no entanto, considera que as mesmas deveriam ser menos sucintas.

Posta à discussão a Acta da Sessão Extraordinária, de 30 de Janeiro de 2012, foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que o que é dito na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, na página três da Acta em análise, não condiz com os documentos que são apresentados em seguida.

Dada a palavra ao Sr. Manuel Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que as Actas não são uma transcrição das Assembleia Municipais, mas que há omissões mais ou menos correctas. Propôs a alteração da página sete, linha nove (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) questionou o porquê de a localidade da Pereirinha ter sido posta de fora. (...)", **passa a constar**, "(...) questionou o porquê das localidades da Pereirinha e da Pereira não terem sido englobadas neste projecto (...)".

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página cinco, linha cinco (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) não é apenas responsabilidade do executivo, mas também da Assembleia Municipal (...)", **passa a constar**, "(...)" "(...) não é apenas responsabilidade do executivo, mas sim do Poder Central (...)"

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 2011 e, da contagem dos votos dos trinta e dois membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Acta da Sessão Ordinária realizada em 30 de Dezembro de 2011.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Extraordinária de 30 de Janeiro de 2012 e, da contagem dos votos dos trinta e dois membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Acta da Sessão Extraordinária realizada em 30 de Janeiro de 2012.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIACÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado aos líderes de bancada, ficando arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta.

Foi apresentada justificação de falta dada à presente Sessão Ordinária pelos Membros Dra. Inês Marques de Sousa Ramos e Dra. Cláudia Sofia Pereira Antunes, as quais foram consideradas justificadas.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs um Voto de Pesar pela morte de Igrejas Caeiro, "que prestou grandes serviços na Concelho, nomeadamente na Fundação Sarah Beirão, e solicitando um minuto de silêncio.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, afirmou que a bancada da CDU se associa à proposta do Grupo Municipal do P.S., salientando ser uma testemunha viva do que foi Igrejas Caeiro, "um antifascista e um grande senhor".

De imediato, e uma vez que foi apresentada uma proposta de Voto de Pesar por um Membro da Assembleia, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi posta a mesma à votação, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e dois Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, o VOTO DE PESAR, e um minuto de silêncio, pela morte de Igrejas Caeiro

Dada novamente a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, e no uso dela, referiu que têm vindo a público notícias que apontam números negativos no crescimento do Concelho de Tábua a vários níveis, entre eles a diminuição da população e o aumento de desemprego. Saliu que, no que concerne aos números da população, estes, comparados com outros concelhos envolventes, são bons, realçando, ainda, que os números do desemprego poderiam ser bem piores, mas a intervenção da Câmara Municipal, com o investimento que realizou ao nível da Área Empresarial Sínde/Tábua e outras, contribuiu para que este número não fosse maior. Saliu que as medidas do actual Governo irão contribuir para o aumento significativo destes números, uma vez que já se fala no encerramento da repartição das Finanças de Tábua, bem como da Conservatória. Em relação ao encerramento do Tribunal de Tábua, salientou que os números que são revelados, quer pelo Governo, quer pela comunicação social, pecam por defeito, pois são muito superiores. Solicitou, ao Sr. Presidente da Câmara, "que faça tudo o que estiver ao seu alcance para impedir o encerramento destes serviços".

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, referiu que o Grupo Municipal que representa também se associa a esta causa, contra o encerramento do Tribunal de Tábua, salientando que é do seu conhecimento que já foram realizadas, pela autarquia, algumas acções para impedir que tal aconteça. Saliu que o ponto 3 do Período de Antes da Ordem do Dia, da Ordem de Trabalhos, permite que se abordem assuntos que já passaram pela Assembleia Municipal, fez novamente referência ao Saneamento Financeiro, solicitando esclarecimentos acerca do empréstimo médio-longo prazo, nomeadamente no que concerne à verba de 90.281 mil euros, pois não foi autorizada em Assembleia Municipal. Terminou, questionando o Sr. Presidente da Câmara acerca da veracidade dos rumores de que a Empresa Aquinos irá despedir cerca de 200 trabalhadores e que dão conta de uma possível crise na mesma, provocando o encerramento de uma fábrica fornecedora da mesma.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, apresentou uma Saudação ao Dia Internacional da Mulher, documento entregue **por escrito, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta Acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 1)**. Em seguida, apresentou uma recomendação, documento entregue **por escrito, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta Acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2)**, contra a Reforma Administrativa do Poder Local, salientando que os Presidentes de Junta do distrito de Coimbra, já iniciaram um movimento contra esta reforma, devidamente apoiado pela ANAFRE.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada novamente a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, e no uso dela, salientou que o grupo Municipal do P.S. se associa a ambos os documentos apresentados pelo membro Sr. José Oliveira, da CDU.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, referiu que o Grupo Municipal que representa também se associa à Saudação ao Dia Internacional da Mulher, mas no que concerne à Recomendação referente à Reforma Administrativa do Poder Local, considera que ainda é cedo para tomarem posição relativamente à mesma.

Dada a palavra ao Sr. António Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Carapinha, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que os membros Independentes da Assembleia Municipal se associam a ambos os documentos apresentados.

De imediato, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Saudação do Dia Internacional da Mulher (Documento nº 1), apresentada pela Coligação CDU, e da contagem dos votos dos trinta e dois membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E DOIS;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Saudação do Dia Internacional da Mulher.

Em seguida, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a recomendação da Coligação CDU (Documento nº 2), referente à Reforma da Administração Local e, da contagem dos votos dos trinta e dois membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E CINCO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: SETE;

APROVADA POR MAIORIA, a recomendação referente à Reforma da Administração Local.

Dada novamente a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, referiu que no dia em que chegou a Ázere foi confrontado com uma situação relativamente aos caixotes do lixo que se encontram junto à Igreja Matriz, não sendo os mesmos despejados há mais de um mês. Situação que despoletou a revolta da população, que se mobilizou, em protesto, retiveram o carro do lixo, para que os funcionários procedessem à limpeza da rua, salientando que “as populações estão preparadas para lutar pelos seus direitos”. Solicitou à autarquia que fique atenta a esta situação e que ajude a resolver o problema.

Dada a palavra à Sra. Isabel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Ázere, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que, como mulher, agradece a Saudação às



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mulheres apresentada e votada por unanimidade por todos os membros da Assembleia, salientando que as mulheres vão tendo cada vez mais peso na sociedade, em todos os sectores. No que respeita à situação referida pelo Sr. José Oliveira, salientou que as alterações à localização dos caixotes do lixo são efectuadas sem conhecimento da Junta de Freguesia e provocam reacções na população. Realçou que comunicou à autarquia e à empresa responsável pela recolha do lixo o descontentamento da população e o pedido de resolução da situação, mas que a empresa se mostra relutante em alterar a localização dos caixotes, ou a fazer outro tipo de recolha. A terminar, fez referência às novas normas aplicadas às Juntas de Freguesia, no que respeita à entrega de Mapas de recursos humanos trimestrais e semestrais, salientando que, no preciso momento, está a decorrer uma formação em Coimbra para os Presidentes de Junta, com o objectivo de agilizar o preenchimento dos mesmos, e uma vez que não puderam estar presentes, solicitou ao executivo que agendasse uma Sessão de Esclarecimento acerca do tema, de forma a esclarecer todos os Presidentes de Junta de Freguesia.

Dada a palavra à Dra. Ana Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que há algumas inovações relacionadas com o Plano de Acção da Rede Social para o ano de 2012, como as cantinas sociais, projectos onde serão disponibilizados cerca de 50 milhões de euros, realçando que é importante que a autarquia se mantenha atenta a estas medidas e oportunidades, fundamentais para o apoio à população mais carenciada do concelho.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, fez referência aos subsídios atribuídos pela Autarquia no 1º trimestre, salientando que a Casa do Povo de Mouronho está a atravessar grandes dificuldades, e o subsídio previsto para esta instituição não foi entregue. Salientou que já estão a ser feitas movimentações para angariar apoios, mas que a situação continua difícil, solicitando o apoio da autarquia para ajudar esta instituição. Referiu ainda, que o Governo irá solicitar às autarquias uma análise completa à situação financeira, de forma a fazer uma avaliação clara da situação dos municípios portugueses, salientando que gostaria que essas conclusões chegassem aos membros da Assembleia Municipal.

Dada a palavra ao Sr. António Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Carapinha, e no uso dela, questionou o executivo acerca da iluminação de uma rua da freguesia de carapinha, que não tem IP, por causa da ligação de seis lâmpadas. Referiu, ainda, que em Fevereiro de 2011 solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, as máquinas para proceder à limpeza de caminhos, mas que as mesmas ainda não foram enviadas, solicitando uma data para que a limpeza possa ser realizada.

Dada a palavra ao Sr. Amílcar Castanheira Luís, membro do Grupo Municipal do PS, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, realçou que leu no expediente desta Assembleia Municipal, que irá ser criado um Centro de Noite no concelho, salientando que não legislação para



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os mesmos, apenas um regulamento, que na sua opinião está ultrapassado. Salientou que tem dificuldade em perceber a criação destes centros, uma vez que o concelho tem vários centros de dia, que correm risco de encerrar, já que a situação financeira começa a ser insuportável, e os centros de noite podem ser considerados como uma concorrência “desleal”. Solicitou a atenção do executivo para este assunto.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, começou por saudar as palavras do Sr. João Fiúza acerca da possível extinção do Tribunal de Tábua, salientando que a Câmara já está na posse dos números e são superiores aos que estão referenciados no estudo do Ministério da Justiça. Realçou, ainda, que mesmo ao nível da qualidade das instalações, estas são superiores ao Tribunal de Oliveira do Hospital, referindo que o executivo está a fazer todas as diligências para impedir que esta extinção se concretize. Mais afirmou que não acredita que o Governo, face aos dados que foram entregues ao Ministério da Justiça, e que estão acima dos parâmetros previstos para o encerramento dos quarenta e sete tribunais, venha a encerrar o Tribunal de Tábua, salientando que a Câmara Municipal, com o apoio dos tabuenses, continuará a lutar pela manutenção do seu Tribunal.

No que concerne à questão colocada pelo Dr. João Canotilho, solicitou, a intervenção do Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Sr. Mário Loureiro, para prestar os devidos esclarecimentos, relativamente a um contrato de empréstimo, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, esclareceu que o valor em causa se refere a montante não utilizado em dois empréstimos: um contratado, em 2009, com a Caixa de Crédito Agrícola, destinado à construção da Etar de Tábua; e outro, contratado com o banco BPI, S.A., em 2010, para aquisição de terrenos na Área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua, tendo sido, qualquer deles, devidamente aprovados, oportunamente, em Assembleia Municipal e obtido visto do Tribunal de Contas, não sendo verdade que o empréstimo não tenha vindo à Assembleia Municipal.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi, novamente, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, e no uso dela, e no que concerne às questões colocadas acerca da empresa Aquinos, salientou que, nos primeiros meses do ano é habitual haver um decréscimo de exportações, sendo este período aproveitado para a utilização do “Banco de Horas, em que os trabalhadores ficam em casa, recebendo o vencimento, compensando essas horas em trabalho nos períodos de aumento do horário da produção, uma vez que aumenta as exportações. Salientou que, igualmente tem havido reajustamentos de pessoal que, por qualquer motivo, não se adaptam às funções desempenhadas. Realçou também que, em breve, irá dar-se início à construção, pela empresa GOFOAM, de uma unidade fabril para transformação e produção de espuma, que ficará instalada no lote nº 5 da Área Empresarial Sinde/Tábua, e irá criar, segundo os promotores, 340



postos de trabalho directos e indirectos, salientando que esta unidade também irá consolidar o cluster das indústrias de sofás e colchões.

Quanto à Casa do Povo de Mouronho, salientou que é uma situação que preocupa bastante a Câmara Municipal, tendo havido várias reuniões entre a nova direcção da instituição e a autarquia, estando a Sra. Vereadora, Dra. Ana Paula, a fazer todas as diligências junto da Segurança Social, para uma possível resolução dos problemas.

Quanto às questões do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Carapinha, salientou que já foi analisado com a EDP a colocação dos bips em falta e, quanto às máquinas, realçou que, findas as obras no polo industrial Sinde/Tábua, serão enviadas para a Freguesia de Carapinha.

A terminar, e no que concerne à questão dos Centros de Noite, salientou que o mesmo está a ser realizado com fundos da instituição em causa e que a Câmara não irá vetar o esforço que está a ser feito. Sublinhou que as instituições não devem andar em concorrência e sim apoiarem-se umas às outras. Destacou, também, o importante trabalho realizado pela ACUREDEPA, realçando o papel desempenhado pelo seu Presidente, Senhor Amílcar Castanheira Luís.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ART.º 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, e no uso dela, fez um breve resumo dos eventos apresentados na informação escrita, com destaque para a Regeneração Urbana da Vila de Tábua, salientando que a mesma irá ser efectuada, apenas, se a referida obra for contemplada com Fundos Comunitários, o que está em vias de acontecer.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, felicitou a Câmara Municipal pelas diligências que tem feito pela manutenção do Tribunal de Tábua. Salientou, ainda, estar muito satisfeito com o início das aulas da Orquestra Pedagógica, referindo que é uma boa iniciativa, também necessária ao Concelho.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. Fernando Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, e no uso dela, salientou que está omissa na Informação em análise as Comemorações do 2º Aniversário do Coro Polifónico Municipal de Tábua, uma data que considera importante marcar.

Dada novamente a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, referiu que os Centros de Noite podem ser uma boa ideia, mas há instituições que têm que ser louvadas e apoiadas, nomeadamente a Casado do Povo de Mouronho e a ACUREDEPA, salientando que “O Sr. Presidente ficará na história se, em tempo de crise, apoiar o social”.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação acerca da situação financeira do Município, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou a falta de rigor e preparação dos documentos em análise, uma vez que a documentação está incompleta, impossibilitando uma análise concreta da Situação Financeira do Município.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou, também, a falta de suporte para a devida análise, referindo, no entanto, que as receitas arrecadadas pelo Município rondam sempre os 9/10 milhões de euros, e que, em 2008, a receita foi superior a 2011.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, salientou que os problemas financeiros estão generalizados a todas as Câmaras Municipais do país, pelo que se exige uma gestão cada vez mais rigorosa. Em relação à questão apresentada pelo Dr. João Canotilho, lamentou o lapso dos serviços, ao não apresentarem a documentação completa. Solicitou, ainda, a intervenção do Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que, contrariamente ao que disse o Senhor Fernando Andrade, as receitas do município têm aumentado, apesar da crise financeira que assola o país, e que no



ano de 2011 ultrapassou os onze milhões de euros. Acrescentou ainda que, numa recente reunião com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, o mesmo teria afirmado que a receita dos municípios, em 2011, era semelhante à do ano de 1999, o que não se verifica em Tábua, dado que em 1999 a receita do município rondou os sete milhões de euros

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

3 – CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE TÁBUA – CONCLUSÃO DE APRECIÇÃO PÚBLICA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Código Regulamentar do Município de Tábua – Conclusão de Apreciação Pública, mediante a presença da informação n.º 02/2012, de 06 de Janeiro de 2012, da SETL, e de uma informação datada de 24 de janeiro de 2012, da Dra. Inês Gonçalves, Jurista do DOUMA, acompanhadas da Minuta n.º 37 da Acta da Reunião Ordinária de 10 de Fevereiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, dando conhecimento que se encontra concluída a fase de apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, relativamente às alterações a efectuar ao Código Regulamentar do Município de Tábua e respectiva Tabela de Taxas e Licenças.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E CINCO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: SETE;

APROVADO POR MAIORIA dos membros, concordar e aprovar as alterações a efectuar ao respectivo Código Regulamentar, bem como concordar com a publicação do Regulamento em questão no Diário da República 2.ª Série, bem como, afixar nos lugares públicos do costume e página electrónica do Município, o mesmo.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.



4 – ALTERAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS APROVADOS EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 25 DE JANEIRO DE 2012 E SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE JANEIRO DE 2012 – POR INSTRUÇÕES DA AIRC;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Sr. Dr. António Vaz – Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Tábua, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, salientou que a principal causa da situação presente em análise, se prendeu com o facto da não aprovação do Orçamento para 2012, em Dezembro de 2011, e às dificuldades a nível técnico para efectuar o lançamento do Orçamento para 2012, no programa da AIRC. Aprofundou a informação nº 014/SCAP/12, enviada no expediente do ponto em análise.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação das Alterações Técnicas Exigidas Aos Documentos Previsionais Aprovados em Reunião de Câmara de 25 de Janeiro de 2012 e Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de Janeiro de 2012 – Por Instruções da AIRC, mediante a presença da informação n.º 014/SCAP/12, de 31 de Janeiro de 2012, da Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património, com a concordância do Senhor Director do DAF, Dr. António Vaz, acompanhado da Certidão da Acta da Reunião Ordinária de 10 de Fevereiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, dando conhecimento das alterações técnicas exigidas pela AIRC – Associação Informática da Região Centro, que faz gestão do software da SCA – Sistema Contabilístico Autárquico, aos documentos previsionais aprovados em Reunião de Câmara Extraordinária de 25 de Janeiro de 2012 e Sessão da Assembleia Municipal Extraordinária, de 30 de Janeiro de 2012, aquando do processamento da entrada em vigor dos mesmos.

Pelo exposto, colocou-se a impossibilidade da entrada em vigor dos documentos previsionais para 2012, por questões técnicas informáticas. Assim, tendo em consideração que: se mantém o valor global do orçamento, o montante global dos objectivos se mantém inalterado, e que o orçamento contempla os gastos assumidos durante o período transitório, solicita-se a aprovação dos procedimentos legais e das alterações técnicas acima referenciadas e constantes na mencionada informação.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: UMA;

APROVADO POR MAIORIA dos membros, concordar com concordar com a adopção e execução de todos os procedimentos necessários, respeitantes ao assunto em questão.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não houve qualquer intervenção.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Lúcia Paula da Costa Cabral, Primeiro Secretário, reví e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia)

O Primeiro Secretário:

(Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)